



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES



IV CURSO AVANÇADO EM CONTROLADORIA INTERNA PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS

Com revisão completa das últimas Resoluções do TCM

Carga Horária: 200 horas em meios digitais
Seis módulos em aulas remotas ao vivo - online

Módulo 1 > 18 e 19 de setembro/2021

Módulo 2 > 02 e 03 de outubro/2021

Módulo 3 > 23 e 24 de outubro/2021

Módulo 4 > 06 e 07 de novembro/2021

Módulo 5 > 20 e 21 de novembro/2021

Módulo 6 > 04 e 05 de dezembro/2021

Corpo Docente:

Dr^a. Rita Tourinho – Coordenadora Acadêmica
Promotora de Justiça, Mestre em Direito Público

Alessandro Prazeres Macedo
Mestre em Direito Público e Especialista em Auditoria;
Atual Diretor da Diretoria de Assistência aos Municípios – DAM,
junto ao TCM – BA.

Antônio Argollo
Especialista em Ouvidoria Pública e Instrutor da CGU,
Auditor de Finanças e Controle da CGU – BA

Antônio França da Costa
Mestre em Direito Público, Especialista em Direito Público com ênfase
em Direito Administrativo, Atual Diretor da Diretoria de Fiscalização,
Supervisão e Qualidade do TCU.

Dimas Sousa Gomes
Especialista em Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais,
Especialista em Auditoria Operacional,
Chefe da DPCA - Divisão de Planejamento e Controle de Auditorias do TCM

Leonice Silva de Oliveira
Especialista em Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais
Auditora de Controle Externo e Instrutora Interna do TCM – BA



MATRÍCULAS ABERTAS

www.fundacem.org.br

fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

 Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3381-0726

Financeiro: 71 99186-7431 / 3244-6701

APRESENTAÇÃO

A administração pública municipal tem a missão institucional de promover o bem comum, através da realização de atividades dos órgãos públicos, com vistas a atender os anseios da sociedade, entretanto, para o pleno alcance dessa missão é necessário que os órgãos, os agentes e as atividades que compõe a gestão pública, propiciem o oferecimento de melhores serviços aos cidadãos, sendo assim, a qualificação dos profissionais nas áreas de controladorias internas, constitui um dos maiores investimentos a ser feito em prol de uma gestão administrativa ideal, comprometida com o interesse público e pautada nos direitos fundamentais.

Dessa forma, com o objetivo de qualificar profissionais para atender às crescentes oportunidades de trabalho na área pública, a Fundação César Montes – FUNDACEM, oferece o **IV Curso Avançado em Controladoria Interna para Prefeituras e Câmaras Municipais**.

Esse curso contempla aulas teóricas e a realização de atividades práticas, com ênfase nas atividades exercidas nos órgãos públicos municipais: elaboração de projeto de lei e decretos; elaboração de parecer técnico, nota de orientação técnica, notificação administrativa e relatórios de controle; instauração de auditoria e de processo administrativo disciplinar; tratamento no recebimento de denúncias; cálculo de índices constitucionais e legais; respostas à diligências emitidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, dentre outros importantes assuntos.

Este curso contém a carga horária de 200 horas em meios digitais com 06 (seis) módulos em aulas remotas ao vivo - online, cujos créditos com sua carga horária poderão ser aproveitados para composição de um dos três Cursos de Especialização seguintes: **1- Curso de Especialização em Controladoria Interna, 2- Curso de Especialização em Administração Pública Municipal, 3- Curso de Especialização em Direito Público e Controle Municipal**, desde que o aluno tenha frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) nas disciplinas deste curso e complementemente com mais 200 horas de curso dessa modalidade para concluir 400 horas, faça e seja aprovado na disciplina Metodologia Científica bem como no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

A FUNDACEM conta com preciosa Coordenação Pedagógica e professores que através de seus valiosos conhecimentos, experiências e dedicação pelo interesse público estarão contribuindo em prol da capacitação dos profissionais que atuam no setor público.

PÚBLICO-ALVO:

Controladores Internos, Secretários de Controle Interno, Controladores Gerais, Assistentes de Controle, Agentes de Controle, Técnicos de Controle, Analistas de Controle, Bacharéis em Contabilidade, Contadores, Bacharéis em Direito, Advogados, Bacharéis em Administração, Bacharéis em Ciências Econômicas, Assistentes Sociais, Pedagogos, Prefeitos, Secretários, Vereadores, Procuradores Municipais, Assessores Políticos e Técnicos, Diretores, Coordenadores, Chefes e Supervisores ocupantes de cargos na administração pública municipal, Servidores Municipais, Agentes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário atuantes nas áreas de planejamento, execução, controle, legislação, licitações, contratos,

CURSO AVANÇADO EM CONTROLADORIA INTERNA PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS

MÓDULO I – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- 1.1 Conceitos de Auditoria Governamental.
- 1.2 Classificação.
- 1.3 Requisitos necessários à atuação do auditor.
- 1.4 Etapas da Auditoria.
- 1.5 Planejamento (Plano de Análise Preliminar, Análise do objeto de auditoria,
- 1.6 Relatório de planejamento, Plano e Programas de Auditoria),
- 1.7 Execução da Auditoria (Realização de provas: Condição x Critério, evidências, constatação de achados) e Relatório de Auditoria (Premissas e padrões de elaboração).
- 1.8 Papéis de Trabalho, Principais achados em auditoria na esfera municipal;
- 1.9 Tipos de Auditoria Governamental: Auditoria de Regularidade e Auditoria Operacional ou de desempenho;
- 1.10 Requisitos necessários à atuação do auditor;
- 1.11 Etapas da Auditoria;
- 1.12 Planejamento (Plano de Análise Preliminar, Análise do objeto de auditoria,
- 1.13 Relatório de planejamento, Plano e Programas de Auditoria, Matriz de Planejamento);
- 1.14 Execução da Auditoria (Realização de provas: Condição x Critério, evidências, constatação e Matriz de achados, Matriz de Responsabilização);
- 1.15 Relatório de Auditoria (Premissas e padrões de elaboração), Monitoramento e Controle de Qualidade;
- 1.16 Principais achados de irregularidades em auditoria na esfera municipal feita pelo TCM.

MÓDULO II – ORÇAMENTO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PCASP E ANÁLISE DE BALANÇO

1. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.1 Organização da Administração Pública;
- 1.2 Princípios da CF/88, da reforma administrativa e da lei de responsabilidade fiscal;
- 1.3 Instrumentos de planejamento de governo: PPA plano plurianual; LOA - Lei

Orçamentária Anual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária;

- 1.4 Processo orçamentário Federal, Estadual, DF e Municipal;
- 1.5 Metodologia para elaborar proposta orçamentária;
- 1.6 Sistemas de planejamento, finanças e orçamento;
- 1.7 Ciclo Orçamentário;
- 1.8 Mecanismo retificador do Orçamento Público;
- 1.9 Receita pública (classificação, estrutura e estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento);
- 1.10 Despesa pública (limites legais, classificação, estrutura e estágio: empenho, liquidação e pagamento);
- 1.11 Execução orçamentária e financeira (cota, repasse e sub-repasse);
- 1.12 Resultado primário e nominal;
- 1.13 Dívida consolidada, flutuante e ativa tributária e não tributária;
- 1.14 Restos a pagar processado e não processado (inscrição e cancelamento);
- 1.15 Suprimento de fundos (concessão, cancelamento e prestação de contas);
- 1.16 Despesas de exercícios anteriores (reconhecimento e montagens de processo);
- 1.17 Exercício de elaboração de Proposta Orçamentária.
- 1.18 Principais achados de irregularidades em auditoria na esfera municipal feita pelo TCM.

2. O PCASP E ANÁLISE DE BALANÇO

- 2.1 O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;
- 2.2 Estrutura e Funcionamento do PCASP;
- 2.3 Controles do Planejamento: PPA e PLOA;
- 2.4 Controles do Orçamento do Exercício;
- 2.5 Controle dos Restos a Pagar;
- 2.6 Controle da Despesa em Liquidação;
- 2.7 Controle do Superávit Financeiro;
- 2.8 O PCASP e a Consolidação;
- 2.9 Controles da Programação Financeira: uma proposta adequada ao PCASP;
- 2.10 Lançamentos Contábeis Padronizados;
- 2.11 Análise de Balanços à luz do PCASP.

MÓDULO III – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 1.1 Panorama Geral do Contrato Administrativo;
- 1.2 O contrato administrativo: Características, cláusulas essenciais, obrigatoriedade do contrato, execução do contrato, Direitos e Obrigações das partes, Duração dos contratos, Prazo de execução, Contratos Continuados;
- 1.3 Regimes de Execução dos Contratos Administrativos;
- 1.4 Formalização dos Contratos Administrativos;
- 1.5 Alterações no Contrato Administrativo;
- 1.6 A fiscalização e o gerenciamento do Contrato;
- 1.7 As atribuições, poderes do fiscal e os registros do fiscal e sua importância na rescisão unilateral dos Contratos Administrativos;
- 1.8 Aplicação de sanções administrativas por descumprimento do contrato;
- 1.9 Inexecução parcial do contrato;
- 1.10 Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- 1.11 Contratos de Prestação de Serviços contínuos;
- 1.12 O não pagamento do salário dos terceirizados e a Súmula 331/TST;
- 1.13 Como prevenir as principais vulnerabilidades na gestão de Contratos Administrativos;
- 1.14 Implicações da má gestão de Contratos Administrativos.
- 1.15 Principais irregularidades identificadas na gestão de Contratos Administrativos.
- 1.16 Principais achados de irregularidades em auditoria na esfera municipal feita pelo TCM.

MÓDULO IV – TRIBUNAIS DE CONTAS – TEMAS AVANÇADOS

- 1.1 Análise dos principais temas discutidos nas Cortes de Contas e sua jurisprudência;
- 1.2 Licitações e Contratos: Contratação direta, Pregão, Regime Diferenciado de Contratação – RDC, Credenciamento;
- 1.3 As entidades do terceiro setor: OSCIP, OS, Cooperativas, Consórcios na visão do TCM/BA;
- 1.4 Abordagem prática acerca dos instrumentos de planejamento de gestão e da execução orçamentária ;
- 1.5 Aspectos práticos da Lei de Responsabilidade Fiscal – discussão de casos;
- 1.6 A Constituição e os Tribunais de Contas: uma abordagem jurisprudencial;

- 1.7 Decisões judiciais de primeiro grau enfrentando aspectos analisados pelos tribunais de contas ;
- 1.8 Um corte jurisprudencial de decisões em matéria de controle externo nos tribunais superiores: STJ, TSE e STF.

MÓDULO V – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

- 1.1 A Lei 13.019/2014 e alterações posteriores: princípios e fundamentos
- 1.2 A abrangência da Lei 13.019/2014
- 1.3 Aplicação aos entes federados
- 1.4 O conceito de organizações da sociedade civil
- 1.5 Não aplicação da Lei 13.019/2014
- 1.6 O Decreto 17.091/2016 do Governo do Estado da Bahia
- 1.7 Novos instrumentos de repasse de recursos criado
- 1.8 Termo de Colaboração
- 1.9 Termo de Fomento
- 1.10 Acordo de Cooperação
- 1.11 Outros instrumentos de transferências voluntárias
- 1.12 Requisitos para as Organizações da Sociedade Civil
- 1.13 Vedação para celebração de parceria
- 1.14 Obrigações do gestor e do administrador público
- 1.15 O dever da capacitação de gestores, conselheiros e sociedade civil organizada
- 1.16 Lógica procedimental da Lei
- 1.17 Planejamento e gestão administrativa
- 1.18 Capacidade técnica operacional do órgão pública para realizar a parceria.
- 1.19 Transparência e controle
- 1.20 Fortalecimento da participação social
- 1.21 Plataforma eletrônica de gestão
- 1.22 Possibilidade dos entes federados utilizarem o Siconv
- 1.23 Seleção e celebração
- 1.24 Procedimento de manifestação de interesse social
- 1.25 Chamamento público
- 1.26 Obrigatoriedade

- 1.27 Casos de dispensa e inexigibilidade de chamamento público
- 1.28 Conteúdo do edital de chamamento público
- 1.29 Procedimento do chamamento público
- 1.30 Critério para escolha da melhor proposta
- 1.31 Capacidade técnica e operacional
- 1.32 Habilitação jurídica e fiscal.
- 1.33 Comissão do chamamento público
- 1.34 Cláusulas essenciais do termo de cooperação e do termo de fomento
- 1.35 Plano de trabalho: conteúdo necessário
- 1.36 Emissão de parecer técnico e de parecer jurídico sobre a viabilidade da celebração da parceria
- 1.37 Conteúdo do parecer técnico.
- 1.38 Exigência de contrapartida
- 1.39 Execução
- 1.40 Movimentação financeira
- 1.41 Liberação dos recursos
- 1.42 Despesas autorizadas
- 1.43 Pagamento da equipe de trabalho
- 1.44 Despesas vedadas
- 1.45 Atuação em rede
- 1.46 Termo de atuação em rede
- 1.47 Requisitos para atuação em rede
- 1.48 Procedimento de contratação
- 1.49 Destinação dos bens remanescentes
- 1.50 Alterações na parceria
- 1.51 Monitoramento e avaliação
- 1.52 Visitas in loco
- 1.53 Pesquisa de satisfação
- 1.54 Comissão de monitoramento e avaliação
- 1.55 Relatório técnico de monitoramento: conteúdo
- 1.56 Conselhos de políticas públicas setoriais
- 1.57 Controle social
- 1.58 Conselho Nacional de Fomento e Colaboração
- 1.59 Prestação de contas
- 1.60 Prestação de contas simplificada

- 1.61 Prestação de contas completa
- 1.62 Prestação de contas parcial
- 1.63 Relatório de execução objeto
- 1.64 Relatório de execução Financeira
- 1.65 Devolução dos recursos
- 1.66 Manifestação conclusiva sobre a prestação de contas
- 1.67 Regulares, regulares com ressalva ou irregulares: situações
- 1.68 Ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público
- 1.69 Tomada de contas especial
- 1.70 Sanções aplicáveis
- 1.71 Atos de improbidade administrativa

MÓDULO VI – CONSÓRCIO E OUVIDORIA

1. CONSÓRCIO

- 1.1 Introdução;
- 1.2 Comentário à Lei dos consórcios, 11.107/2005;
- 1.3 Consórcio Público – Disposições gerais;
- 1.4 Distinções entre consórcio e convênio de cooperação entre entes federados;
- 1.5 Passo a passo para constituição de um consórcio público;
- 1.6 Documentação necessária;
- 1.7 Objetivo do consórcio público: finalidades específicas ou multifinalitário;
- 1.8 Protocolo de intenções;
- 1.9 Estatutos do consórcio;
- 1.11 Medidas e cuidados básicos para o bom funcionamento;
- 1.12 Aspectos político na formação do consórcio;
- 1.13 O papel do legislativos na formação do consórcio;
- 1.14 Modelos de consórcios: público ou administrativo;
- 1.15 Natureza jurídica: de direito público ou privado;
- 1.16 Celebração do contrato;
- 1.17 Contrato de rateio;
- 1.18 Controle e responsabilidades;
- 1.19 Contrato de programa;
- 1.20 Responsabilidades dos consórcios públicos;

- 1.21 Cooperação horizontal ou vertical;
- 1.22 Vantagens dos consórcios públicos intermunicipais;
- 1.23 Exercício de competências dos entes consorciados mediante delegação;
- 1.24 Possibilidade de retirada de um ente consorciado, cobrança de multas e aplicação de penalidades por descumprimento do contrato;
- 1.25 A extinção do consórcio público e suas consequências jurídicas;
- 1.26 Experiências dos consórcios na Bahia;
- 1.27 Os consórcios sob a perspectiva dos órgãos de controle;
- 1.28 Uma nova forma de pensar o consórcio como benefício para os municípios;
- 1.29 Prestação de contas.

2. OUVIDORIA

- 2.1. Conhecer os pressupostos Históricos e os conceitos de ouvidoria;
- 2.2 Contextualização da ouvidoria contemporânea e sua importância na Administração Pública;
- 2.3 Reconhecer a função social do ouvidor;
- 2.4 O papel da ouvidoria como instrumento de aperfeiçoamento da Gestão e da Política Pública;
- 2.5 Apresentar soluções criativas e inovadoras numa atuação de ouvidor como representante do cidadão;
- 2.6 Ouvidoria como instrumento de avaliação das Políticas Públicas;
- 2.7 Principais Atividades desempenhadas pela Ouvidoria;
- 2.8 Ouvidoria e o Fortalecimento da Cidadania;
- 2.9 Elementos para Implantação de uma Unidade de Ouvidoria;
- 2.10 Funcionamento de uma Ouvidoria;
- 2.11 Fluxo de Atendimento nas Ouvidorias;
- 2.12 Ferramentas gerenciais e tecnológicas para o trabalho nas ouvidorias públicas;
- 2.13 Técnicas de Comunicação;

CURSO AVANÇADO EM CONTROLADORIA INTERNA PARA PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – 200h

HORÁRIO DAS AULAS: das 8:00 às 18:00 com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas nos seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 18 de setembro a 05 de dezembro de 2021

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75%.

AVALIAÇÃO: Serão realizadas provas e atividades (exercícios e atividades discursivas).

APROVAÇÃO: Será aprovado o aluno que assistir a 75%, no mínimo, das aulas e obtiver nas avaliações, nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando a metodologia de ensino à distância através de atividades extra classe como: leituras, exercícios, atividades, avaliação, fóruns e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos de ensino a distância deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO:

O valor do curso por participante é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), caso o aluno ou a instituição seja conveniada com a FUNDACEM terá o desconto de 12% (doze por cento), ficando, o preço do curso por aluno em **R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)**.

OBSERVAÇÕES:

- Todos os empenhos e contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados e pagos para que o aluno possa começar o curso.
- Os contratos com Prefeituras ou Câmaras, podem ter pagamentos parcelados em até 02 (duas) vezes de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) para os não conveniados com a FUNDACEM.
- Para os conveniados com a FUNDACEM os pagamentos poderão ser parceladas em até 02 (duas) vezes de R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta reais).

OBS.: Para alunos da FUNDACEM, pessoa física conveniada, o curso poderá ser parcelado em até uma entrada de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) e mais 5 (cinco) cheques de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

1) O pagamento pode ser feito diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2 com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br e ou SEDEX para o endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, CEP: 40255-171, Salvador – BA. (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do aluno, empresa, Prefeitura ou Câmara). Podendo também realizar PIX para o CNPJ: 06.150.141/0001-77

2) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA e /ou no Alto da Ladeira do HGE, s/n (Fim de Linha ao lado do HGE), Av. Vasco da Gama, (Prédio de 4 andares nas cores azul e branco com muro branco e pilastras azuis).

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Identidade e CPF (original e cópia), certificado ou diploma de graduação, histórico escolar da graduação, ficha de matrícula e xerox da certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

Obs: 1- Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br
E-mail: fundacemadbnc@gmail.com

17 ANOS
FUNDACEM

2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas
CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

 Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3381-0726

Financeiro: 71 99186-7431 / 3244-6701



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiam a FUNDACEM nesses 17 anos de capacitação:

